

Tema da

Coisas da política

Mauro Santayana

maurosantayana@jb.com.br



A crise da razão política e a maldição de Brasília

TODOS OS PENSADORES POLÍTICOS, de Aristóteles a Hans Kelsen, passando por Maquiavel e os filósofos moralistas ingleses e franceses, advertem contra o mau exemplo dos grandes. Uma sociedade apodrece quando seus líderes perdem a virtude do mando. Perón usou – em meio à conspiração que o derrubaria – uma boa frase, quando descobriu que seu cunhado, depois da morte de Evita, estava praticando falcaturas: “Los gobiernos, como el pescado, empiezan a pudrirse por la cabeza”.

Aristóteles, em *Ética a nicômaco*, assegura que o comportamento ético se adquire com o hábito de agir corretamente. O hábito da virtude fortalece e aumenta a virtude, qualquer virtude, e ele dá o exemplo da coragem: é com o hábito de enfrentar o perigo que nos tornamos corajosos; e é quando nos tornamos corajosos que nos encontramos no máximo grau de enfrentar qualquer perigo. A mesma ideia serve para o processo septêmico das sociedades políticas. E quando nos sentimos covardes que tememos até mesmo os ratos: e é a ousadia dos grandes corruptos que torna as sociedades lenientes com a corrupção.

“Há muito tempo se diz que a boa-fé é a alma de um grande governo”, assim Montesquieu inicia uma de suas *Cartas persas*,

que serviram de modelo às *Cartas chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga. Ele se refere, em seguida, a uma hipotética nação das

Índias, naturalmente generosa, “pervertida em um instante, do menor de seus indivíduos ao maior deles, pelo mau exemplo de um ministro”. Montesquieu vai adiante: “Vi nascer, de repente,

uma sede insaciável de riquezas. Vi formar-se, em um momento, detestável conjuração em busca do enriquecimento, não por um

trabalho honesto e uma indústria generosa mas, sim, pela ruína

do Estado e de seus concidadãos”.

O que define a ética de um homem de Estado é sua ação na defesa da sociedade que lidera, na busca da igualdade e da justiça. Mas, mesmo se for senhor das mais excelsas virtudes pessoais, ele terá que obedecer a uma vontade maior e acima de seus próprios valores: a lei.

Os legisladores estão fugindo dos princípios e valores aos quais

se atavam. Esse é o caso, por exemplo, da situação de Brasília.

Durante o governo militar, a cidade foi feudo de con-

tubérnios entre os ditadores de

turno, empreiteiros, jornalistas

acomodados e servidores pú-

blicos de alto nível. O sistema

de mordomias tornava a cidade

a Ilha da Fantasia. Os grandes jantares, oferecidos pelos ministros,

eram de invejar armadores gregos, com faisões, caviar Beluga,

vinhos importados. Não havia limites para a ostentação. Um dos

ministros, morando em residência do governo, mandou fazer

uma piscina em forma de J, porque se chamava Jost.

Assim como o hábito da virtude consolida a virtude, o vício infla o vício, e Brasília se tornou cidade assolada pela cor-

rupção. As “mordomias” deixaram de existir com a rede-

mocratização de 1985, por prévia determinação de Tan-

credo. Só o presidente e o vice-presidente têm hoje sua

despensa abastecida pelos contribuintes. Mesmo assim, du-

rante seu curto governo, Itamar foi cuidadoso com esse direito.

Quando seus auxiliares almoçavam com o presidente, as despesas

eram quase sempre divididas. Seu governo só ofereceu jantares

protocolares aos chefes de Estado estrangeiros, nas visitas e reu-

nções oficiais, como as do Mercosul.

O fato é que a Constituição de 1988, com a autonomia,

facilitou o incremento da corrupção em Brasília. Durante os

últimos 20 anos – e devemos excetuar o governo de Cristovam

Buarque – a infecção aumentou, até chegar à calamidade atual.

Só a intervenção, como primeiro passo, é o retorno da situação

política de Brasília à Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, que definiu

os estatutos da nova capital, poderão recuperar a cidade e, assim,

ajudar no saneamento ético da política brasileira. A lei, cujo

cumprimento foi, em parte, interrompido pelo governo militar,

determinava a nomeação de um prefeito pelo governo federal e

a eleição de uma câmara municipal com 20 vereadores. Hoje,

todos agem como se Brasília fosse um estado de plenos direitos

federativos. Cresce o consenso nos meios políticos e jurídicos de

Brasília que a intervenção é medida que se impõe na urgência, até

que se revogue a amaldiçoada autonomia.

Mauro Santayana escreve nesta coluna às quartas, quintas e sextas-feiras.